

2,2 BILHÕES INVESTIDOS NO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL EM 2017.

arteris
Brookfield abertis

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ARTERIS:



R\$ 2,2 bilhões investidos em obras e melhorias de 3,7 mil km de rodovias.



Entrega da **2ª pista da Serra do Cafezal**, aprimorando a interligação entre as Regiões Sul e Sudeste do Brasil.



Vitória no leilão do lote Rodovias dos Calçados (SP-255) – plano de investimentos de mais de R\$ 5 bilhões em 30 anos.



Reconhecimento: 5 concessionárias Arteris entre as 20 melhores rodovias do Brasil.

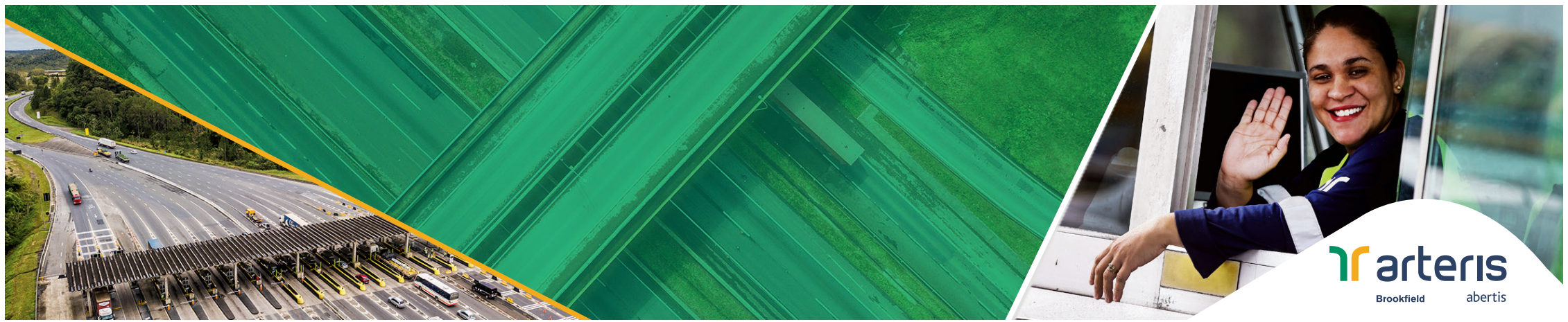


Visão de negócios: emissão de debêntures de **R\$ 1,6 bilhão**, uma das maiores operações financeiras do setor.



Ebitda ajustado de **R\$ 1,8 bilhão**, com aumento de 14% em relação ao ano anterior.





Mensagem do Presidente

A Arteris encerrou 2017 tendo mobilizado R\$ 2,2 bilhões para a modernização e manutenção dos 3,7 mil quilômetros de rodovias que administra. Foi mais um ano marcado por investimento recorde e diversos outros resultados exitosos.

Os recursos foram destinados para obras que marcam o compromisso da empresa em promover avanços importantes para a infraestrutura brasileira. Neste sentido, a entrega da segunda pista da Serra do Cafezal, na rodovia Régis Bittencourt, é a mais emblemática do ano. O novo trecho, de 4 túneis e 39 pontes e viadutos, cria melhores condições de tráfego em um importante corredor logístico do país. Merece destaque também a duplicação da BR-101/RJ Norte, que já conta com 121,6 km de trechos liberados ao tráfego. Nas rodovias paulistas, por sua vez, entregamos a duplicação de 9,5 km na SP-345. Enquanto isso, em Santa Catarina, registramos importantes avanços na construção do Contorno Viário de Florianópolis.

Confiantes nas oportunidades de crescimento que o mercado brasileiro oferece, e com o apoio constante de nossos acionistas Abertis e Brookfield, ofertamos a proposta vencedora do leilão das Rodovias dos Caçalços, promovido pelo governo do Estado de São Paulo. Assumimos, desta forma, o compromisso de investir mais de R\$ 5 bilhões no decorrer de três décadas para atender ao trecho, que passou a ser administrado pela ViaPaulista, nossa mais nova concessão. Todos esses desafios estão sendo abordados respeitando a sustentabilidade dos nossos negócios.

O EBITDA ajustado da companhia atingiu R\$ 1,8 bilhão, com margem de 66% e evolução de 14% em relação ao ano anterior, desconsiderando os efeitos da venda da STP ocorrida em 2016. O lucro líquido foi de R\$ 247 milhões. No mesmo período, as despesas financeiras foram reduzidas em R\$ 273 milhões (-38%). Sustentados por esses pilares, terminamos o ano com um fluxo de caixa operacional antes de investimentos de R\$ 1,2 bilhão, o que representa um incremento de 30% em relação ao exercício anterior.

Esses são efeitos diretos da recuperação do tráfego pedagiado, como também da melhora do cenário macroeconômico e dos nossos esforços em eficiência operacional e financeira. O tráfego em nossas rodovias cresceu 3% em relação ao ano anterior, alcançando 670,7 milhões de veículos equivalentes. Nossa receita bruta alcançou R\$ 4,7 bilhões, um desempenho 9% superior ao de 2016. Como consequência, recebemos o reconhecimento do mercado ao emitirmos R\$ 1,6 bilhão em debêntures. Todos esses resultados foram alcançados seguindo a premissa de prestar os nossos serviços com excelência. Essa prioridade da Arteris é identificada pelos usuários das nossas rodovias. O ranking da Confederação Nacional do Transporte (CNT) classificou os trechos administrados pela Centrovias, Autovias, Intervias, Vianorte e Litoral Sul dentre os 20 melhores do Brasil. Nossas pesquisas indicam que a satisfação dos usuários com as concessionárias Arteris cresceu e atingiu 8,3 em uma escala de 0 a 10. Um resultado histórico.

Seguimos também em nossa missão de gerar valor para a sociedade. O respeito à vida – o principal dos nossos valores – marcou 2017. Dentro dos esforços para atingir a meta da "Década de Ação pela

Segurança no Trânsito", da ONU, já reduzimos em 36% os acidentes em relação a 2010, ano-base do compromisso. É motivo de muita satisfação saber que três das nossas concessionárias – Régis Bittencourt, Planalto Sul e Fluminense – já cumpriram a meta de 50% de redução. No que se refere à segurança dos nossos colaboradores, reduzimos em 21% o índice de acidentes de trabalho, consolidando internamente melhores padrões de segurança.

Destaco também o lançamento do Programa de Integridade Arteris, sob o lema "Todo mundo no caminho certo", por meio do qual intensificamos nossos esforços em compliance para que todos os colaboradores atuem de acordo com as premissas do nosso Código de Conduta Ética Profissional e das demais normativas da empresa.

Em virtude de todos esses resultados, iniciamos 2018 confiantes no crescimento da Arteris. Nossa previsão é investirmos em torno de R\$ 2,5 bilhões em obras sob nossa concessão. A recuperação do tráfego, motivada pela retomada da atividade econômica, nos dá a certeza de que podemos continuar seguindo com excelentes resultados.

Essa expectativa positiva não seria possível sem a confiança em nossos mais de 5,3 mil colaboradores, que demonstraram o comprometimento necessário em um ano de grandes projetos, sempre determinados em superar os objetivos a eles colocados. Muito obrigado pelo engajamento e pelos resultados atingidos.

David Diaz
Presidente da Arteris

Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Arteris S.A. ("Arteris" ou "Companhia") submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

- Destques**
 - Conquista da Rodovia dos Caçalços
 - Conclusão e liberação da Serra do Cafezal
 - Investimentos recorde em 2017 totalizando R\$2,2Bi
 - Emissão recorde de debêntures R\$1,6Bi
 - Crescimento das receitas de pedágio em 12,3%
 - Crescimento do EBITDA ajustado em 1,6%
- Perfil**

A Arteris desempenha importante papel no setor de infraestrutura rodoviária brasileira, sendo responsável por investimentos direcionados à melhoria, ampliação, conservação e operação de rodovias, no âmbito dos programas de concessão do Governo do Estado de São Paulo e do Governo Federal. A Companhia por meio de suas concessionárias opera e administra cerca de 3,7 mil quilômetros de estradas, que interligam o principal polo econômico do País – situado entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina – caracterizado por sua elevada densidade demográfica.

Ao todo são dez concessionárias, cinco estaduais e cinco federais, todas empresas de capital aberto, controladas 100% pela Arteris – Autovias S.A. (Autovias), Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (Centrovias), Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (Intervias), Vianorte S.A. (Vianorte), ViaPaulista S.A. (Via Paulista), Autopista Fernão Dias S.A. (Fernão Dias), Autopista Fluminense S.A. (Fluminense), Autopista Litoral Sul S.A. (Litoral Sul), Autopista Planalto Sul S.A. (Planalto Sul) e Autopista Régis Bittencourt S.A. (Régis Bittencourt).

A Companhia detém ainda o controle da empresa Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (Latina Manutenção), sociedade criada com fim de fiscalização, gerenciamento de obras, sinalização e manutenção de rodovias.

Eventos Relevantes

Em 25 de abril de 2017 a Companhia foi a vencedora do Edital de Concorrência Internacional nº 05/2016 referente ao sistema rodoviário da Rodovia dos Caçalços, cuja extensão é de 720 quilômetros (dos quais 317 quilômetros são atualmente administrados pela Autovias e os outros 403 estavam sob administração direta do Governo do Estado de São Paulo).

O prazo de concessão é de 30 anos e os investimentos necessários ao longo do período são estimados em aproximadamente R\$ 5 bilhões.

Duplicação da Serra do Cafezal:

Após um investimento de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, a Autopista Régis Bittencourt concluiu e inaugurou a Duplicação da Serra do Cafezal em 19 de dezembro de 2017, um grande marco da engenharia e infraestrutura rodoviária, sendo uma das obras mais emblemáticas na atualidade, destruindo um grande gargalo logístico do Brasil.

Oferta Pública de Distribuição:

Em 11 de setembro de 2017, a Companhia assinou a escritura de emissão de oferta pública de distribuição da 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, uma das maiores operações de 2017 no setor de infraestrutura. A emissão foi realizada em duas séries (1ª e 3ª séries) sendo a 3ª série enquadrada nos termos da Lei nº 12.431/11. A emissão totalizou um volume de R\$ 1,6 bilhão, sendo sua data de vencimento em 15 de outubro de 2017 e sua data de vencimento em 15 de outubro de 2024.

Desempenho Econômico-Financeiro

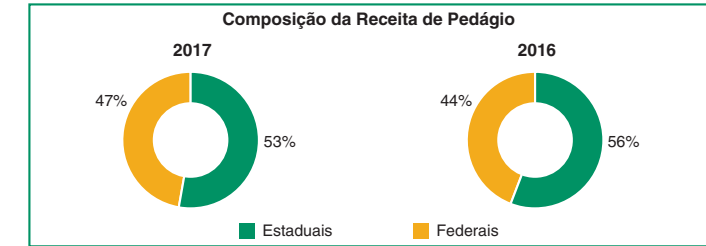
Receita Bruta de Serviços

No exercício social de 2017, a Arteris registrou receita bruta de R\$ 4,7 bilhões, um aumento de 8,8% em relação ao ano anterior. Este resultado foi impulsionado principalmente pelas receitas de pedágio que tiveram uma expansão de 12,3% em função da gradativa retomada da economia, refletida diretamente no aumento do tráfego, e dos reajustes de tarifas – em todas as concessões federais acima da inflação, em função de reequilíbrios, basicamente por investimentos adicionais.



Receita de Pedágio

A receita de pedágio em 2017 teve um crescimento de 12,3% em relação a 2016, com um total de R\$ 2,9 bilhões. Esse aumento está atrelado a melhora na atividade econômica durante o ano e também aos reajustes de tarifas aplicados em todas as concessões, sendo que todas as rodovias federais tiveram reajustes superiores à inflação em função de reequilíbrios contratuais.



Tráfego Pedagiado:

O volume total de tráfego pedagiado da Companhia em 2017 foi de 670,7 milhões de veículos equivalentes, crescimento de 2,9% em relação a 2016. Em IMD (Intensidade Média Diária) o aumento foi de 3,2% comparado ao ano anterior.

Esse crescimento no período segue em linha com a retomada da atividade econômica e também com o aumento no índice de confiança da indústria, atrelado à melhora dos indicadores macroeconômicos. Vale ressaltar que o tráfego das nossas rodovias é composto principalmente por veículos pesados, sendo nas rodovias federais composto em média por 70% de veículos equivalentes pesados, contra 60% nas rodovias estaduais.

Tarifa Média: Em 2017, a tarifa média consolidada praticada pela Arteris em suas praças de pedágio foi de R\$ 4,36, o que representou um incremento de 9,1% em relação à tarifa média de 2016.

Em julho de 2017, o Governo do Estado de São Paulo autorizou o reajuste anual aplicado às tarifas dessas concessões, de acordo com a variação acumulada do IGP-M do período de 1,57%, conforme prevê contrato de concessão. Em 2017, a tarifa média praticada das concessões estaduais foi de R\$ 7,80, um aumento de 5,0% em relação à tarifa média praticada de 2016.

Já as concessionárias federais, tiveram ao longo de 2017 o exercício anterior todos os reajustes de tarifas conforme preveem os respectivos contratos de concessão, levando-se em consideração a variação acumulada do IPCA, eventuais reequilíbrios econômico-financeiros dos contratos e critérios de arredondamento. Os reajustes ocorrem sempre em fevereiro de cada ano para as Autovias Fluminense e Litoral Sul e em dezembro para as Autopista Fernão Dias, Régis Bittencourt e Planalto Sul. A tarifa média consolidada de 2017 para as concessões federais foi de R\$ 2,91, 15,3% superior a cobrada em 2016.

Ao final de 2017 e início de 2018, a ANTT autorizou as concessionárias federais a incluírem no cálculo das tarifas em vigor, a partir dos últimos dias de 2017 e para todo o ano de 2018, incrementos adicionais ao repasse integral da inflação de forma a remunerar investimentos adicionais (aditivos) para a melhoria/readequação da infraestrutura das rodovias federais. As novas tarifas estão demonstradas na tabela a seguir:

Concessionárias	Tarifa anterior	Nova Tarifa	Variação %	Em vigor a partir de
Autopista Fernão Dias	2,10	2,30	9,5%	19/12/2017
Autopista Planalto Sul	5,60	6,00	7,1%	19/12/2017
Autopista Régis Bittencourt	3,00	3,10	3,3%	29/12/2017
Autopista Fluminense	5,00	5,50	10,0%	17/02/2018

Meios Eletrônicos: A receita com a cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 66,2% em 2017, contra 68,4% no ano anterior. Nas concessionárias federais, o percentual médio de receita com cobrança eletrônica foi de 53,0% contra 54,7% em 2016.

Receita de Obras

A receita de obras – representação contábil relacionada aos investimentos da Companhia em seus ativos intangíveis e, portanto, sem efeito caixa – cresceu 3,6% em relação a 2016, atingindo R\$ 1,7 bilhão no último exercício. O aumento nesta rubrica veio em linha com o crescente ciclo de obras em curso nas rodovias federais.

Outras Receitas

As outras receitas são compostas exclusivamente de receitas acessórias oriundas da exploração/comercialização de serviços na faixa de domínio das rodovias concessionadas. Em 2017 estas receitas foram de R\$ 41,0 milhões, aumento de 3,4% em relação ao exercício anterior.

Custos e Despesas Operacionais

Em 2017, os custos e despesas da Companhia totalizaram R\$ 3,6 bilhões, representando um incremento de 16,6% em relação ao ano de 2016. Grande parte desta variação tem relação com linhas de custos não caixa, como é o caso da depreciação e amortização, que subiram 28,1% em relação a 2016. Por outro lado, os custos que tem efeito caixa totalizaram R\$ 926,1 milhões em 2017, um aumento de 40,6% em comparação com o ano anterior. Este aumento em comparação ao ano anterior se deve principalmente pelo efeito da venda da STP, contabilizada como uma entrada positiva na linha de custos em 2016, pela reversão de despesas com o INSS e pelo início das operações da nova concessionária da Companhia (Via Paulista).

Desconsiderando os efeitos citados acima, em bases comparáveis, em relação a 2016, os custos caixa apresentaram um aumento de 5,3% e os custos totais um aumento de 8,9%.

EBITDA e EBITDA Ajustado

O resultado operacional da Arteris medido por seu EBITDA registrou um aumento de 0,4% em relação a 2016, mantendo a variação positiva mesmo tendo ocorrido a venda da STP no ano de 2016, totalizando R\$ 1,6 bilhão. Já o EBITDA ajustado, que não considera o efeito da provisão de manutenção, uma vez que esse não tem efeito caixa, registrou um crescimento de 1,6%, totalizando R\$ 1,8 bilhão e margem* de 65,7%.

Excluindo os efeitos da venda da STP no ano de 2016, o EBITDA teria aumentado 14,3% em relação ao ano anterior e o EBITDA ajustado teria um crescimento de 13,8%.

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

EBITDA e EBITDA Ajustado (Em milhares de reais)			
	2017	2016	Variação %
Receita Operacional Líquida	4.406.011	4.052.399	8,7%
Custos e Despesas (exclui depreciação e amortização)	(2.854.475)	(2.507.691)	13,8%
EBITDA¹	1.551.536	1.544.708	0,4%
Margem EBITDA	57,4%	64,2%	-6,8 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	224.654	203.961	10,1%
EBITDA Ajustado²	1.776.190	1.748.669	1,6%
Margem EBITDA Ajustado	65,7%	72,6%	-6,9 p.p.

¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

Resultado Financeiro

A Companhia apresentou ao final de 2017 um resultado financeiro negativo de R\$ 385,3 milhões, uma melhora de 30,9% em relação a 2016, que havia registrado resultado negativo de R\$ 557,4 milhões. Este resultado é proveniente, da combinação dos seguintes fatores:

- As despesas financeiras apresentaram uma redução de R\$ 273,5 milhões, queda de 37,9% em relação ao ano de 2016. Essa redução é explicada principalmente pela gestão do passivo financeiro, amparada em grande parte pelos aportes de capital realizados pelo acionista no valor de R\$ 1,8 bilhão, resultando em um menor endividamento médio ao longo de 2017, e pela queda dos indexadores da dívida bruta (TJLP, CDI e IPCA).
- Em 2017, a receita financeira foi R\$ 35,7 milhões menor do que em 2016, o que representa uma queda de 35,1%. A explicação refere-se principalmente ao fato da queda nos juros que remuneram as aplicações financeiras (atreladas ao CDI).

Lucro Líquido

Em 2017, a Companhia registrou lucro líquido consolidado de R\$ 246,9 milhões, uma queda de 4,9% comparado ao ano de 2016. Essa queda é explicada pelo efeito da venda da participação acionária da Arteris na empresa "STP" no ano de 2016. Se esse efeito for excluído, a variação no período seria de 243,2%. Esse crescimento no lucro líquido está atrelado a retomada da economia durante o ano de 2017 trazendo consigo uma recuperação no volume do tráfego pedagiado e também aos reajustes de tarifas acima da inflação em algumas concessões federais. Além disso as despesas financeiras tiveram uma queda no ano devido a um menor endividamento médio e também a redução das taxas dos indexadores de juros da dívida.

O lucro consolidado da Companhia difere do lucro contábil individual da Arteris (como empresa controladora do grupo) que foi de R\$ 237,4 milhões em 2017, este último sendo a base para a apuração de dividendos a serem distribuídos aos acionistas. Esta diferença, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, advém do fato das demonstrações financeiras individuais terem sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais, no caso da Arteris S.A., diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais pela opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 5,3 bilhões, um aumento de 14,5% ou R\$ 670,0 milhões em relação ao exercício anterior. A dívida líquida no final de 2017 representava 3,1 vezes o EBITDA Ajustado gerado menos o pagamento do ônus fixo nos últimos 12 meses versus 2,8 vezes em 2016.

Endividamento (Em milhares de reais)			
	31/12/2017	31/12/2016	Variação %
Dívida Bruta	6.090.874	5.261.855	15,8%
Curto Prazo	1.067.373	1.600.502	-33,3%
Longo Prazo	5.023.501	3.661.353	37,2%
Posição de Caixa	802.365	643.364	24,7%
Caixa e equivalentes de caixa	698.941	384.111	82,0%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	103.424	259.253	-60,1%
Dívida Líquida	5.288.509	4.618.491	14,5%

Esse aumento na Dívida Bruta de 15,8% deveu-se, principalmente pela readequação e alongamento de prazo do passivo financeiro da Companhia, em grande parte alcançada com a emissão de R\$ 1,6 bilhão referente a 5ª emissão de debêntures da Arteris.

Os principais movimentos relacionados à dívida estão detalhados a seguir:

Empréstimos BNDES: A Arteris conta com recursos de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das concessões federais da Companhia. Desta forma, todas as 5 concessionárias federais contam com linhas de financiamento de longo prazo aprovadas, garantindo os recursos necessários para a implantação das principais obras contratuais até o final do período de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017 foram desembolsados aproximadamente R\$ 3,8 bilhões no consolidado referente às linhas de crédito, restando um saldo a utilizar de R\$ 191,3 milhões.

Emissões de Debêntures:

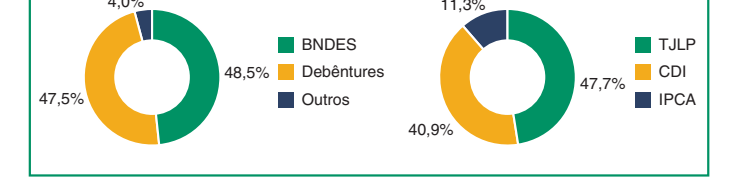
Arteris (Holding): 5ª emissão de debêntures realizada em 2 séries, sendo a 1ª série no valor de R\$ 1,5 bilhão com um custo de CDI + 1,6%, pagamento de juros semestrais e vencimento em 15 de outubro de 2022. A 3ª série foi no valor de R\$ 161,5 milhões com um custo de IPCA + 5,09%, pagamento anual de juros e vencimento em 15 de outubro de 2024.

Autovias: 4ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 100 milhões, custo de CDI + 1,4%, pagamento de juros semestrais e vencimento em 10 de setembro de 2018.

Centrovias: 3ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 100 milhões, custo de CDI + 1,25%, pagamento de juros semestrais e vencimento em 11 de março de 2019.

ViaPaulista: 1ª emissão de debêntures realizada em 2 séries, sendo a 1ª série no valor de R\$ 200 milhões, custo de CDI + 2,1%, pagamento de juros trimestrais e vencimento em 10 de outubro de 2019. A 2ª série ainda está pendente de ser desembolsada.

Endividamento Bruto:



Em 31 de dezembro de 2017, a dívida bruta consolidada da Companhia (empréstimos e financiamentos mais debêntures) totalizava R\$ 6,1 bilhões, sendo que deste montante 47,7% correspondia a contratos indexados pela TJLP, 40,9% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 11,3% a contratos atrelados ao IPCA.

Ônus Fixo pago ao Poder Concedente

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao poder concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No ano de 2017, as concessionárias estaduais pagaram ao Poder Concedente, R\$ 86,6 milhões a título de ônus fixo.

Manutenção das Rodovias

No ano de 2017, as concessionárias estaduais e federais desembolsaram, como pagamento de manutenções realizadas em suas rodovias, o total de R\$ 469,8 milhões.

Investimentos

Considerando todas as intervenções de manutenção, a Companhia atingiu um nível recorde histórico de investimento no valor de R\$ 2,2 bilhões, um aumento de 15,8% em relação ao ano de 2016 que havia contabilizado R\$ 1,9 bilhão. Deste total, 75% foram destinados às concessionárias federais. As obras mais relevantes no período, para as quais os investimentos da Companhia foram destinados, são as seguintes:

Autopista Fluminense: Ao longo do exercício, a Concessionária manteve o intenso ritmo de obras de duplicação da Rodovia BR 101/RJ entre os municípios de Rio Bonito e Campos dos Goytacazes, iniciadas no 3T11 após a obtenção da Licença de Instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A obra contempla a Duplicação de 176,6 quilômetros, dos quais 121,6 quilômetros foram concluídos até 2017. Dos 55 quilômetros restantes, 4,7 quilômetros estão em obras e 50,3 quilômetros restantes estão aguardando liberação.

Outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia, como a conclusão da Correção de Traçado do km 84+600 ao km 93+600 (9 km), 9 Passarelas, 4 Trevos em Desnível e 2 Balanças Fixas.

Autopista Fernão Dias: Após ter concluído em 2013 a implantação do Contorno de Betim (MG), trecho de 8,1 quilômetros, possibilitando a criação de uma alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância que trafegava pelo município, a concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras contratuais.

Porém outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia, como a conclusão do Trevo em Desnível no km 506+600 no município de São Joaquim de Bicas/MG e 2 Passarelas.

Autopista Régis Bittencourt: A Duplicação da Serra do Cafezal (BR-116/SP), principal obra da concessionária foi concluída em 19/12/2017 com início da operação nos seus 30,5 quilômetros, contemplando a construção de 4 túneis e 39 pontes e viadutos.

Outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia, como a conclusão de 1 Trevo em Desnível no km 297+600 no município de Itapeceira da Serra/SP, 4 Passarelas sobre pista dupla e 1,4 quilômetro de Rua Lateral no município de Campina Grande do Sul/PR.

Autopista Planalto Sul: A principal obra da Concessionária é a Duplicação de 25,4 quilômetros da BR-116/PR entre Curitiba (PR) e Mandrituba (PR), que foi concluída em dezembro de 2017. Durante o ano, foi realizada a implantação da Pista Auxiliar de Interligação da BR-116 com o Contorno Leste de Curitiba, 2,4 quilômetros de Faixa Adicional no município de Monte Castelo e Mafra/SC e 2 Trevos em Desnível nos Km 4+500 no município de Mafra/SC e no km 138+800 no município de Mandrituba/PR.

Autopista Litoral Sul: O Contorno de Florianópolis, uma das mais importantes obras para a região, foi iniciado em maio de 2014, logo após a emissão da Licença de Instalação pelo IBAMA para um trecho de 14 quilômetros. Posteriormente em maio de 2015 houve a emissão de uma Licença Ambiental reafirmadora, abrangendo uma extensão total de 47 quilômetros. Atualmente estão em andamento as obras no Trecho Norte e Trecho Intermediário, contendo 4 trevos em desnível, sendo que o Trevo do km 204+200 está em andamento e no km 215+300 encontra-se concluído e 13 passagens inferiores sendo que destas 6 estão em andamento e 3 estão concluídas.

Em 2017, a Concessionária concluiu também a implantação de 1,1 quilômetro de Rua Lateral nos municípios de São José dos Pinhais/PR e Itapema/SC, 1 Passarela no km 644+700 município de Tijucas do Sul/PR, 3 Trevos em Desnível no km 51+000 no município de Joinville/SC, km 648+300 no município de Tijucas do Sul/PR e no km 663+260 no município de Guaratuba/PR.

Autovias: Foi concluída em Dezembro de 2016, a duplicação de 2,1 quilômetros da SP 318, entre

os quilômetros 241 e 243,1 com 1 Trevo em Desnível e 1 Passarela, no município de São Carlos. Foi iniciada em Março de 2016 a Duplicação da Rodovia SP-345 entre os municípios de Itirapua/SP e Patrocínio Paulista/SP numa extensão de 9,5 quilômetros com a implantação de 3 trevos e 1 Ponte sobre o Rio Sapucaizinho, que encontra-se concluída desde outubro de 2017.

Intervias: Em Fevereiro de 2016 a Companhia concluiu as obras de implantação de 5,0 quilômetros referente à segunda etapa do Contorno Viário de Mogi Mirim (SP), além da conclusão da Duplicação SP-147 km 64+800 ao km 85+700 contemplando 20,9 quilômetros entre os municípios de entre Mogi Mirim/SP e Engenheiro Coelho/SP, incluindo 2 Passagens Inferiores e 2 Passagens Superiores. Em novembro de 2017 foi iniciada a Duplicação da rodovia SP-147 entre os km 98+150 ao km 104+900 no município Limeira e Engenheiro Coelho/SP numa extensão de 16,75 quilômetros contendo 5 Trevos em Desnível encontrando-se todos em andamento.

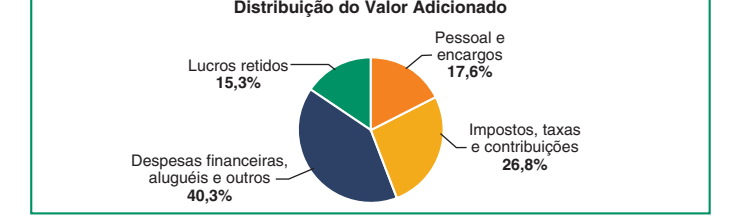
Também em 2017, a Concessionária concluiu a implantação das Vias Marginais, na SP-147 do Km 64+250, sentidos Leste e Oeste, no município de Itapira/SP.

Centrovias: Em 2016 foi iniciada a Implantação do Complexo Viário entre as Rodovias SP-225 e SP-310 no município de Itirapua/SP.

Engloba a implantação de 9,2 quilômetros de Vias Marginais, 6 quilômetros de Ciclo Faixa e Passeio para Pedestre, 1 Passarela, 1 Dispositivo de Retorno em Desnível no km 94 na SP 225 e iluminação.

Valor Adicionado

A Arteris gerou em 2017, em termos consolidados, valor adicionado de R\$ 1,6 bilhão, 14,1% inferior ao de 2016. Essa queda é explicada pelo efeito da venda da STP ano no de 2016. Se excluíssemos esse efeito a redução seria de 4,2%. Esse valor é resultante das receitas oriundas da prestação de serviços (R\$ 4,7 bilhões), menos custos relativos à concessão e construção, materiais e bens de consumo, serviços de terceiros e depreciação e amortização (R\$ 2,6 bilhões), mais dividendos, juros capitalizados e outras receitas financeiras (R\$ 237,2 milhões).



Informações divulgadas pela Abertis

As demonstrações financeiras e operacionais trimestrais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Companhia, uma vez que a regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS reportados pela Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados determinados impactos relacionados ao tratamento



Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Ativo Circulante	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	5	468.880	151.383	698.941	384.111	Empréstimos e financiamentos	13	246.708	163.809	573.797	459.062
Contas a receber	6	–	–	156.073	150.926	Instrumento financeiro derivativo	26	–	5.092	–	5.092
Contas a receber – partes relacionadas	15	103.510	789.347	215	223	Debêntures	14	19.985	206.383	493.576	923.222
Instrumento financeiro derivativo	26	1.862	–	1.862	–	Contas a pagar – partes relacionadas	15	309.426	507.699	–	215.099
Estoques	–	–	–	15.564	15.881	Fornecedores	3	2.02	4.285	169.095	224.454
Despesas antecipadas	–	4.057	333	18.348	22.746	Obrigações sociais	24	142	15.228	91.607	79.507
Impostos a recuperar	7	26.931	48.785	70.706	102.952	Obrigações fiscais	2	2.960	15.572	78.745	108.459
Adiantamento a fornecedor	–	196	–	5.174	–	Cauções contratuais	88	–	–	93.233	82.368
Aplicações financeiras vinculadas	9	–	1	–	161.014	Taxa de fiscalização	–	–	–	4.083	3.868
Outros créditos	–	281	414	7.951	6.562	Dividendos propostos	19	56.379	59.652	56.379	59.652
Total do ativo circulante		605.717	990.263	974.834	844.415	Cretores pela concessão	17	–	–	257.637	86.961
						Provisão para manutenção em rodovias	18	–	–	178.542	332.903
						Provisão para investimentos em rodovias	18	–	–	26.639	63.749
						Sinistros recebidos	–	–	18	–	816
						Outras contas a pagar	–	5.066	7.479	27.452	33.243
						Total do passivo circulante		667.956	985.217	2.050.785	2.678.455
						Patrimônio Líquido					
						Empréstimos e financiamentos	13	–	–	2.625.322	2.831.769
						Debêntures	14	1.606.903	–	2.398.179	829.584
						Contas a pagar – partes relacionadas	15	569.649	857.823	–	–
						Fornecedores	–	–	–	178	–
						Cretores pela concessão	17	–	–	8.645	36.487
						Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	–	–	–	–
						Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	–	–	49.764	52.224
						Provisão para manutenção em rodovias	18	–	–	283.501	330.453
						Provisão para investimentos em rodovias	18	–	–	154.284	2.014
						Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	–	–	–	–	–
						Obrigações fiscais	18	182	408	101.000	73.073
						Outras contas a pagar	–	14.770	–	47.066	–
						Outras contas a pagar	–	–	–	2.726	4.371
						Total do passivo não circulante		2.191.504	858.231	5.670.665	4.179.975
						Total do passivo		2.859.460	1.843.448	7.721.450	6.858.430
						Capital social					
						Capital social	19	5.047.469	3.175.816	5.047.469	3.175.816
						Reserva de lucros	–	1.576.405	1.395.399	1.565.645	1.375.078
						Ajuste do patrimônio líquido – variação cambial no capital	–	–	–	(22.271)	(22.271)
						Total do patrimônio líquido		6.601.603	4.548.944	6.590.843	4.528.623
						Total do Passivo e Patrimônio Líquido		9.461.063	6.392.392	14.312.293	11.387.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto o lucro por ação básico e diluído)

Receita Operacional Líquida	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita Operacional Líquida	20	–	–	4.406.011	4.052.399
Custo dos Serviços Prestados	21	–	–	(3.358.667)	(3.040.377)
Lucro Bruto				1.047.344	1.012.022
Receitas (Despesas) Operacionais					
Receitas operacionais	21	(14.287)	(11.728)	(251.278)	(249.819)
Despesas operacionais	15	(11.661)	(4.615)	(27.160)	(20.268)
Resultado de equivalência patrimonial	10	285.759	204.426	–	–
Tributárias	–	–	–	(266)	(506)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	2.894	194.030	3.695	194.787
		262.376	381.847	(275.249)	(75.875)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		262.376	381.847	772.095	936.147
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	23	238.999	353.298	66.062	101.757
Despesas financeiras	23	(253.834)	(518.311)	(448.829)	(722.286)
Variação cambial, líquida	23	(2.526)	63.146	(2.527)	63.139
		(17.361)	(101.867)	(385.294)	(557.390)
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		245.015	279.980	386.801	378.757
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Corrente	8	(7.630)	(28.813)	(166.425)	(231.780)
Diferido	8	–	–	26.570	112.593
		237.385	251.167	246.946	259.570
Lucro Líquido do Exercício					
Lucro Por Ação Básico e Diluído – R\$	25	0,3783	0,6499	0,3935	0,6717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Lucro Líquido do Exercício	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	–	237.385	251.167	246.946	259.570
Outros Resultados Abrangentes	–	–	–	–	–
Resultado Abrangente do Exercício		237.385	251.167	246.946	259.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individual para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Saldo em 1 de janeiro de 2016	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste do patrimônio líquido – variação cambial no capital	Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros			
Saldo em 1 de janeiro de 2016	–	1.033.198	130.798	1.133.006	(22.271)	–	2.274.731
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	251.167	251.167
Aumento de capital	19	2.142.618	–	(49.905)	–	–	2.092.713
Cancelamento de ações	19	–	–	(10.015)	–	–	(10.015)
Destinações do lucro líquido:							
Reserva legal	–	–	12.558	–	–	(12.558)	–
Dividendos propostos	19	–	–	–	–	(59.652)	(59.652)
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	–	178.957	–	(178.957)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2016		3.175.816	143.356	1.252.043	(22.271)	237.385	4.548.944
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–
Aumento de capital	19	1.871.653	–	–	–	–	1.871.653
Destinações do lucro líquido:							
Reserva legal	–	–	11.869	–	–	(11.869)	–
Dividendos propostos	19	–	–	–	–	(56.379)	(56.379)
Constituição de reserva de retenção de lucros	19	–	–	169.137	–	(169.137)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2017		5.047.469	155.225	1.421.180	(22.271)	–	6.601.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Saldo em 1 de janeiro de 2016	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste do patrimônio líquido – variação cambial no capital	Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros			
Saldo em 1 de janeiro de 2016	–	1.033.198	130.798	1.103.124	(22.271)	–	2.244.849
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	259.570	259.570
Aumento de capital	19	2.142.618	–	(49.905)	–	–	2.092.713
Cancelamento de ações	19	–	–	(10,015)	–	–	(10,015)
Destinações do lucro líquido:							
Reserva legal	–	–	12.558	–	–	(12,558)	–
Dividendos propostos	19	–	–	–	–	(59,652)	(59,652)
Constituição de reserva de retenção de lucros	19	–	–	187,360	–	(187,360)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2016		3.175.816	143.356	1.231.722	(22.271)	246.946	4.528.623
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–
Aumento de capital	19	1.871.653	–	–	–	–	1.871.653
Destinações do lucro líquido:							
Reserva legal	–	–	11,869	–	–	(11,869)	–
Dividendos propostos	19	–	–	–	–	(56,379)	(56,379)
Constituição de reserva de retenção de lucros	19	–	–	178,698	–	(178,698)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2017		5.047.469	155.225	1.410.420	(22.271)	–	6.590.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Receitas	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Distribuição do Valor Adicionado	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
Prestação de serviços	20	–	–	2.922.045	2.602.647	Pessoal e encargos:	–	–	–	–	–
Receita dos serviços de construção	20	–	–	1.703.751	1.645.178	Remuneração direta	12.493	4.327	221.996	201.799	–
Outras receitas	–	2.894	194.030	44.744	234.505	Benefícios	55	68	46.258	44.441	–
		2.894	194.030	4.670.540	4.482.330	FGTS	209	178	16.230	14.030	–
Insunsumos Adquiridos de Terceiros						Impostos, taxas e contribuições:					
Custo dos serviços prestados	–	–	–	(317.705)	(286.707)	Federais	31.520	57.432	283.532	256.980	–
Custo dos serviços de construção	21	–	–	(1.703.751)	(1.645.178)	Estaduais	8	3	43	28	–
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.278)	(2.586)	(136.504)	(131.339)	(131.339)	Municipais	–	–	147.962	131.759	–
Custo da concessão	–	–	(104.102)	(99.003)	(99.003)	Remuneração de capitais de terceiros:					
Custos de provisão de manutenção em rodovias	21	–	–	(224.654)	(203.961)	Juros	63.954	189.547	406.170	630.940	–
Outros	–	(1.706)	(2.811)	(74.593)	(74.696)	Juros capitalizados	–	–	87.001	116.018	–
		(5.98									

reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.

A Centrovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

- Na SP 225 – Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros:
- Implantação da 2a pista no trecho compreendido entre o km 91 + 429 e o km 177 + 400;
- Implantação da 2a pista no trecho compreendido entre o km 183 + 850 e o km 235 + 040.

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Intervias")
A Intervias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168, Pista Sul. Foi constituída em 23 de maio de 1999, iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itaipira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira e São Carlos – Lote 6.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 16 de janeiro de 2028.

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, o mesmo aprovou a inclusão no cronograma físico – financeiro do contrato de concessão, a implantação de marginais e dispositivo de retorno no distrito industrial de Itaipira – KM 46+250 – Leste/Oeste. O reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da referida inclusão, aprovado de acordo com a metodologia de fluxo de caixa marginal, foi de R\$1.053, em valor presente líquido. O prazo estimado de prorrogação contratual para a recomposição do desequilíbrio é de dois meses e quinze dias, passando o período de exploração da concessão a ser até 16 de abril de 2028.

A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

- Na SP 147 – Rodovia Engenheiro João Tosello
- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 41,36 e o km 54 e entre o km 62,45 e o km 106,32.

Na SP 191 – Rodovia Wilson Finardi

• Duplicação da rodovia no trecho compreendido do km 43,8 ao km 44,9, do km 45,6 ao km 46,9 e do km 49,7 ao km 74,72.

Na SP 352 – Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

• Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17.

Na SP 165/330 – Rodovia Anhanguera – Contorno Rodoviário de Araras

• De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 06/02 e 3ª readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foram construídos um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras, na SP 165/330, partindo do km 165.225 da SP 330 – Rodovia Anhanguera até o km 42.300 da SP 191 – Rodovia Wilson Finardi.

Vianorte S.A. ("Vianorte")

A Vianorte é uma sociedade por ações domiciliada no município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Atílio Balbo, km 327,5. Iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 009/CIC/97 – Lote 05, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até março de 2018, a exploração do sistema rodoviário constituído pela SP 330 Rodovia Anhanguera, SP 322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira, SP 328 Rodovia Alexandre Balbo/Contorno Norte de Ribeirão Preto e SP 325/322 – Avenida dos Bandeirantes.

Por meio do Termo Aditivo e modificativo nº 15/14 de 16 de janeiro de 2015, foi autorizado pela ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante a prorrogação do prazo de concessão estimado em mais dezesseis dias sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 23 de março de 2018. Este prazo poderá ser prorrogado ou reduzido por intermédio de processo administrativo próprio, que deverá ser concluído antes do início de vigência do prazo mencionado, nos termos da Resolução ARTESP/1, de 25 de março de 2013.

A Vianorte assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

SP 322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira

• Duplicação do trecho entre o km 343 + 500 e o km 390 + 500 – Sertãozinho/ Bebedouro;

• Duplicação do trecho entre o km 307 + 500 e o km 325 + 910 – Contorno Viário Sul;

• Construção de dispositivos de acessos/retornos;

• Construção de passarelas entre o km 334 + 860 e o km 337 + 790 – Sertãozinho;

• Construção de marginais entre o km 333 + 160 e o km 343 + 480;

• Ampliação de dispositivo com a SP 325/322 no km 325 + 910 (enrocamento);

• Construção da transposição sobre o Córrego Santa Elisa no km 345 + 100.

SP 328 Rodovia Alexandre Balbo

• Duplicação do trecho entre o km 323+130 ao km 337+010;

• Construção de dispositivos nos km 326+220/330+720/334+710/335+160 – passagem superior (PSU).

SP 330 Rodovia Anhanguera

• Construção de passarela no km 380 – São Joaquim da Barra;

• Construção do posto de suporte ao usuário em Orlandia no km 366 + 150;

• Construção do dispositivo com Avenida Lara Nilza Raffaini Cação no km 319 + 650.

SP 325/322 – Avenida dos Bandeirantes – Ribeirão Preto

• Construção de passarela km 8 + 550;

• Construção de galeria de aço km 6 + 400;

• Construção de dispositivo km 8 + 300.

Em 28 de março de 2017 foi publicada no diário Oficial do Estado de São Paulo, ata da sessão pública referente à concorrência Pública Internacional nº03/2016 para concessão da prestação dos serviços públicos de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário que integra o lote denominado Centro – Oeste Paulista, onde se encontra o trecho atual da Vianorte. Esta ata declara vencedora dessa concorrência pública outra licitante que não pertence ao Grupo Arteris. Como isola, a Vianorte, que tem seu prazo estimado para término em 27 de março de 2018, já provisionou o valor de R\$4.401 referentes aos passivos necessários para cumprir com suas obrigações no final dessa concessão.

A Vianorte ainda possui pleitos em discussão com o poder concedente que podem alterar a data do encerramento de suas atividades.

ViaPaulista S.A. ("ViaPaulista"): A ViaPaulista é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 22 de junho de 2017. A Sociedade iniciou suas operações em 22 de novembro de 2017, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a ARTESP nº0359 – ARTESP – 2017, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 62.333 de 21 de dezembro de 2017, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 30 anos, a exploração do sistema Rodoviário referente ao Lote denominado Rodovias dos Calçados (Itapiranga – Franca).

Esse lote abrange os 317 quilômetros hoje administrados pela Autovias S. A., concessionária do grupo, além de outros 403 quilômetros que estavam sob administração direta do Governo do Estado de São Paulo.

A ViaPaulista assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão conforme descrito abaixo:

• Duplicação da rodovia SP 255 do km 48+100 ao km 77+100, do km 83+200 ao km 137+950, do km 137+950 ao km 147+300, do km 155+770 ao km 179+600, do km 179+600 ao km 237+430, do km 289+190 ao km 297+250, do km 297+250 ao km 320 e do km 334+250 ao km 357+430;

• Duplicação da Rodovia SP 249 do km 144+150 ao km 158+400;

• Duplicação da Rodovia SP 318 do km 249 ao km 251 e do km 251 ao km 280 e;

• Pavimentação dos acessos SPA 321/334 do km 0 ao km 4+300 e SPA 334/334 do km 0 ao km 9+700.

Em decorrência dos contratos de concessão, as concessionárias estaduais reconheceram o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito de outorga, tendo como contrapartida o passivo na rubrica "Credores pela concessão", conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e nº 17, respectivamente.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão e nos termos aditivos e modificativos subsequentes dessas concessionárias estaduais, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M ou Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, dos dois o menor, ocorrida até 31 de maio.

Para a controlada ViaPaulista, as tarifas serão reajustadas anualmente com base na variação do IPCA, no mês de outubro de cada ano.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Para a ViaPaulista todos os investimentos previstos originalmente no contrato de concessão, inclusive a manutenção e substituição de bens reversíveis, deverão ser depreciados e amortizados pela concessionária no prazo da concessão, não cabendo qualquer pleito ou reivindicação de indenização por eventual saldo não amortizado ao fim do prazo da concessão, quanto a esses bens.

As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

Natureza dos custos	2017					Total
	Autovias Previsão de 2018	Centrovias Previsão de 2018 a 2019	Intervias Previsão de 2018 a 2028	Vianorte Previsão de 2018	ViaPaulista Previsão de 2018 a 2047	
Melhorias na infraestrutura	140.391	39.419	378.399	11.068	2.574.541	3.143.817
Conserva especial	43.727	18.927	64.740	2.773	2.650.653	2.780.821
	184.118	58.346	443.139	13.841	5.225.194	5.924.639

Natureza dos custos	2016					Total
	Autovias Previsão de 2017 a 2018	Centrovias Previsão de 2017 a 2019	Intervias Previsão de 2017 a 2028	Vianorte Previsão de 2017 a 2018	ViaPaulista Previsão de 2017 a 2018	
Melhorias na infraestrutura	141.387	30.383	325.051	10.561	1.051	507.383
Conserva especial	208.896	44.160	118.894	80.460	80.460	452.410
	350.284	74.543	443.945	91.020	959.792	

As concessionárias estaduais vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2017 estas obras estão estimadas em R\$72.298 (R\$62.589 em 31 de dezembro de 2016), as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos.

A segregação das estimativas de investimentos foi elaborada conforme mencionado na nota explicativa nº 3 "Momento de reconhecimento do ativo intangível".

As concessionárias estaduais, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos adicionais das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer à necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Concessionárias Federais
Autopista Planalto Sul S.A. ("Planalto Sul")

A Planalto Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, situada na Avenida Objeto Petschow, 4.040 – Bairro Industrial. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT" ou "Poder Concedente"), pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Planalto Sul está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134-PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 km de duplicação de rodovia;
- 48,3 km de terceira faixa;
- 10,2 km de vias laterais;
- Construção de 9 passarelas;

- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação e manutenção de toda a extensão da rodovia.

Autopista Fluminense S.A. ("Fluminense")
A Fluminense é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Avenida São Gonçalo, 100 – Unidade 101. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES – Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fluminense está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-101/km 252-RJ. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação da rodovia;
- 3,8 km de vias laterais;
- 28,3 km de variantes e contornos;
- Construção de 17 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 7 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Autopista FERNÃO DIAS S.A. ("FERNÃO DIAS")
A FERNÃO DIAS é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, situada na Rodovia BR-381, km 850,5, Pista Norte. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR 381-MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A FERNÃO DIAS está em plena operação desde 9 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa;
- 94,26 km de vias laterais;
- 8,3 km de variantes/contornos;
- Construção de 50 passarelas;
- Construção de 8 praças de pedágio;
- Construção de 12 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Régis Bittencourt")
A Régis Bittencourt é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, no Estado de São Paulo, Brasil, na Rodovia SP 139, nº 216. Constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116-SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT, sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Régis Bittencourt está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 542-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia;
- 30 km de terceira faixa;
- 55 km de vias laterais;
- 26,4 km de variantes e contornos;
- Construção de 51 passarelas;
- Construção de 6 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Autopista Litoral Sul S.A. ("Litoral Sul")
A Litoral Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Rua Ministro Calógenas, 343. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, de conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-101/km 221-SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceira faixa;
- 79,7 km de vias laterais;
- 94,7 km de variantes e contornos;
- Construção de 39 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro no caso da Fluminense e da Litoral Sul e no mês de dezembro no caso da Planalto Sul, da FERNÃO DIAS e da Régis Bittencourt, com base na variação do IPCA.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões. Em decorrência dos modelos dos contratos das concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável. O principal compromisso firmado pelas concessionárias federais decorrente dos contratos de concessão é o recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

Concessionária	Valor anual	Valor no período da concessão
Planalto Sul	1.248	27.690
Fluminense	2.665	39.975
FERNÃO DIAS	7.916	119.400
Régis Bittencourt	8.436	127.243
Litoral Sul	6.424	96.360
	27.287	410.668

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

Além do recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização, as concessionárias federais firmaram compromissos decorrentes do contrato de concessão como:

- Assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER.
- Assumir integralmente o risco decorrente de danos nas rodovias que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- Assumir integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- Assumir integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- Os estatutos sociais das concessionárias federais previam a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010.
- Apresentar anualmente as demonstrações financeiras auditadas para a ANTT e publicá-las.
- As concessionárias federais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

Natureza dos custos	2017					Total
	Planalto Sul	Fluminense	FERNÃO DIAS	Régis Bittencourt	Litoral Sul	
Melhorias na infraestrutura	112.324	271.478	470.570	684.218	163.053	2.251.643
Recuperações/Manutenções	224.026	822.483	600.392	392.231	403.041	1.892.172
	336.350	1.093.961	1.070.961	1.076.449	566.094	4.143.815

Natureza dos custos	2016					Total
	Planalto Sul	Fluminense	FERNÃO DIAS	Régis Bittencourt	Litoral Sul	
Melhorias na infraestrutura	185.347	940.851	569.028	904.577	502.797	3.102.600
Recuperações/Manutenções	262.259	343.261	661.198	518.741	469.926	2.255.385
	447.606	1.284.111	1.230.226	1.423.318	972.723	5.357.985

As concessionárias federais vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2017 estas obras estão estimadas em R\$3.252.213 (R\$3.362.510 em 31 de dezembro de 2016), as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos.

A segregação das estimativas de investimentos foi elaborada conforme mencionado na nota explicativa nº 3 "Momento de reconhecimento do ativo intangível".

As controladas Régis Bittencourt, Litoral Sul, FERNÃO DIAS e Fluminense, celebraram Termos de Ajuste de Conduta - "TAC" com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela Agência, desde o início das concessões até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura destes termos de ajuste, essas concessionárias realizaram o montante equivalente a R\$139.900 em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, nas rodovias objeto de suas concessões. Parte dessas obras estão concluídas ou em andamento, seja na fase de projetos ou de obras iniciais.

Quanto à controlada Planalto Sul, a Sociedade informa que continua com as negociações para firmar, em condições semelhantes, um TAC com a ANTT, mas segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades.

3 Base de Preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)
As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação dos saldos de investimentos na Controladora nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como segue:

	Saldo em 2016	Aporte de capital	Juros sobre capital próprio/dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 2017
Autovias	196.640	-	(77.148)	88.101	207.593
Centrovias	177.936	-	(111.961)	120.953	186.928
Intervias	85.192	10.951	(41.123)	79.735	134.755
Vianorte	145.649	-	(66.806)	94.039	172.882
ViaPaulista	-	1.091.386	-	(8.368)	1.083.018
Planalto Sul	338.166	467.716	-	(51.168)	754.714
Fluminense	610.488	286.500	-	(67.744)	829.244
Fernão Dias	521.453	521.884	-	(27.453)	1.015.884
Régis Bittencourt	933.347	588.500	(3.052)	12.850	1.531.645
Litoral Sul	690.425	448.300	-	(26.246)	1.112.479
Latina Manutenção	53.624	-	(5.000)	(2.935)	45.689
Arteris Participações	83.336	10.248	(35.134)	73.995	132.445
Outros investimentos	19	-	-	-	19
Total	3.836.275	3.425.485	(340.224)	285.759	7.207.295

	Saldo em 2015	Incorporação	Alienação	Aporte de capital	Juros sobre capital próprio/dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 2016
Autovias	183.343	-	-	-	(76.458)	89.755	196.640
Centrovias	129.334	-	-	22.982	(101.719)	127.339	177.936
Intervias	82.123	-	-	-	(67.367)	70.436	85.192
Vianorte	155.950	-	-	-	(8.891)	68.590	145.649
Planalto Sul	221.924	-	-	166.000	-	(49.758)	338.166
Fluminense	363.007	-	-	289.000	-	(41.519)	610.488
Fernão Dias	383.922	-	-	233.000	-	(95.469)	521.453
Régis Bittencourt	562.635	-	-	374.000	-	(3.288)	933.347
Litoral Sul	384.465	-	-	351.000	-	(45.040)	690.425
Latina Manutenção (a)	30.878	6.230	-	-	-	16.516	53.624
Latina Sinalização	15.072	(6.230)	-	-	(10.000)	1.158	-
Arteris Participações	79.492	-	-	-	(61.862)	65.706	83.336
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	(1.034)	-	-	-	-
Outros investimentos	19	-	-	-	-	-	19
Total	2.593.198	(1.034)	1.435.982	(396.297)	204.426	3.836.275	

(a) O valor de R\$6.230 refere-se à incorporação da Latina Sinalização pela Latina Manutenção, conforme mencionado na nota explicativa nº4.

11 Imobilizado

A movimentação é como segue:

	Móveis e Computadores e periféricos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações em andamento	Imobilizado	Total
Custo do imobilizado						
Saldo em 31.12.2015	3.418	7.412	586	5.270	-	16.686
Adições	-	-	-	-	266	839
Transferências/Reclassificações	(1.402)	2.968	768	1.133	-	492
Alienações/baixas	(3)	(1)	(80)	-	-	(84)
Saldo em 31.12.2016	2.013	3.045	688	8.545	586	17.441
Adições	-	207	-	-	20	227
Alienações/baixas	-	(303)	-	-	-	(303)
Saldo em 31.12.2017	2.013	3.252	385	8.545	586	17.365
Depreciação acumulada						
Saldo em 31.12.2015	(1.905)	-	-	(3.221)	-	(7.065)
Depreciações	(165)	(155)	(131)	(1.207)	(74)	(1.854)
Transferências/Reclassificações	839	(1.264)	(537)	559	-	(162)
Alienações/baixas	3	-	79	-	-	82
Saldo em 31.12.2016	(1.228)	(1.419)	(589)	(4.987)	(236)	(8.837)
Depreciações	(153)	(126)	(20)	(1.152)	(143)	(1.716)
Alienações/baixas	-	-	227	-	-	227
Saldo em 31.12.2017	(1.381)	(1.545)	(382)	(6.139)	(379)	(10.326)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31.12.2016	785	1.626	99	3.558	586	8.604
Saldo em 31.12.2017	632	1.707	3	2.406	586	7.039
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	10%

	Móveis e Computadores e periféricos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações em andamento	Imobilizado	Total
Custo do imobilizado						
Saldo em 31.12.2015	17.106	9.527	20.914	24.287	586	11.07
Adições	4.745	1.933	2.960	168	-	4.711
Transferências/Reclassificações	(1.423)	2.981	1.015	2.415	-	1.078
Alienações/baixas	(97)	(50)	(556)	(426)	-	(91)
Saldo em 31.12.2016	20.331	14.391	24.331	26.870	586	47.672
Adições	1.735	1.857	3.744	548	667	4.177
Transferências/reclassificações	(44)	-	1.241	-	-	330
Alienações/baixas	(575)	(99)	(1.175)	(1.320)	-	(1.984)
Saldo em 31.12.2017	21.447	16.149	28.141	26.098	1.253	50.195
Depreciação acumulada						
Saldo em 31.12.2015	(10.875)	(6.614)	(14.758)	(6.451)	-	(18.562)
Depreciações	(2.128)	(1.348)	(2.210)	(4.086)	-	(4.652)
Transferências/Reclassificações	845	(1.264)	(543)	(559)	-	(163)
Alienações/baixas	62	39	477	-	-	131
Saldo em 31.12.2016	(12.096)	(9.187)	(17.034)	(11.096)	-	(23.246)
Depreciações	(2.436)	(1.568)	(2.526)	(3.905)	-	(4.986)
Alienações/baixas	236	93	746	201	-	971
Saldo em 31.12.2017	(14.295)	(10.662)	(18.814)	(14.800)	-	(27.262)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31.12.2016	8.235	5.204	7.297	15.774	586	24.426
Saldo em 31.12.2017	7.152	5.487	9.327	11.298	1.253	22.933
Taxas de depreciação - a.a.	11%	21%	27%	10%	15%	34%

12 Intangível

A movimentação é como segue:

	Software	Intangível em andamento	Total
Custo do intangível			
Saldo em 31.12.2015	1.852	20.547	22.399
Adições	144	17.381	17.525
Transferências/Reclassificações	21.253	(21.253)	-
Alienações/baixas	-	(2.612)	(2.612)
Saldo em 31.12.2016	23.249	14.063	37.312
Adições	3.297	19.420	22.717
Transferências/Reclassificações	17.573	(17.573)	-
Alienações/baixas	(704)	(242)	(946)
Saldo em 31.12.2017	43.415	15.668	59.083
Amortização acumulada			
Saldo em 31.12.2015	-	-	-
Amortizações	(1.287)	-	(1.287)
Saldo em 31.12.2016	(4.470)	-	(4.470)
Amortizações	(5.757)	-	(5.757)
Saldo em 31.12.2017	(6.003)	-	(6.003)
Intangível líquido			
Saldo em 31.12.2016	17.492	14.063	31.555
Saldo em 31.12.2017	31.655	15.668	47.323
Taxas de amortização - a.a.	20%	-	-

	Direito de outorga de obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de incorporação (c)	Direito de exploração (d)	Software	Intangível em andamento (e)	Adiantamento fornecedores	Total
Custo do intangível								
Saldo em 31.12.2015	8.251.836	351.939	130.144	12.941	26.770	2.709.002	457	11.483.089
Adições	646.850	-	-	-	4.393	1.137.785	58.484	1.847.512
Transferências/Reclassificações	1.347.573	-	-	-	21.258	(1.315.463)	(54.041)	(673)
Alienações/baixas	(6.106)	-	-	-	(5)	(3.562)	-	(9,673)
Saldo em 31.12.2016	10.240.153	351.939	130.144	12.941	52.416	2.527.762	4.900	13.320.255
Adições	725.562	1.501.574	-	-	5.866	1.265.567	38.804	3.537.373
Transferências/reclassificações	2.067.761	-	-	-	18.234	(2.056.547)	(29.745)	(297)
Alienações/baixas	(11.862)	-	-	-	(704)	(1.149)	(35)	(13.750)
Saldo em 31.12.2017	13.021.614	1.853.513	130.144	12.941	75.812	1.735.633	13.924	16.843.581
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2015	(2.468.123)	(281.281)	(83.559)	(6.387)	-	(16.687)	-	(2.856.037)
Amortizações	(546.832)	(25.855)	(11.491)	(1.864)	(7.939)	-	-	(593.981)
Transferências/Reclassificações	(69)	-	-	-	(83)	-	-	(152)
Alienações/baixas	1.018	-	-	-	4	-	-	1,022
Saldo em 31.12.2016	(3.014.006)	(307.136)	(95.050)	(8.251)	(24.705)	-	-	(3.449.148)
Amortizações	(716.233)	(26.166)	(11.488)	(1.078)	(9.481)	-	-	(764.446)
Transferências/reclassificações	16	-	-	-	(16)	-	-	-
Alienações/baixas	319	-	-	-	-	-	-	319
Saldo em 31.12.2017	(3.729.904)	(333.302)	(106.538)	(9.329)	(34.202)	-	-	(4.213.275)
Intangível líquido								
Saldo em 31.12.2016	7.226.147	44.803	35.094	4.690	27.711	2.527.762	4.900	9.871.107
Saldo em 31.12.2017	9.291.710	1.520.211	23.606	3.612	41.610	1.735.633	13.924	12.630.306
Taxas de amortização - a.a.	10%	8%	10%	7%	18%	-	-	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade capitalizou o montante de R\$173.712 (R\$222.422 em 31 de dezembro de 2016) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2017 foi de 3,87% e 5,24% em 2016.

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado para cada uma das concessionárias do grupo e concluiu que não há necessidade de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o prazo final de cada concessão.

(b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 17. O saldo adicionado em 2017 de R\$1.501.574, refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente da ViaPaulista.

(c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Autovias e Centrovias. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão

(d) Refere-se a valor assumido pela Latina Manutenção para exploração de granito e gnaíse a serem utilizados em obras de infraestrutura de sociedades pertencentes ao Grupo Arteris e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras.

(e) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, tendo como principais a duplicação da BR101/RJ, o contorno de Florianópolis, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outras obras.

13 Empréstimos e Financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos da Controladora estão representados por:

	Moeda local	Moeda estrangeira	Custo de transação	Controladora 2017	Controladora 2016
Capital de giro (f)	-	-	-	79.893	-
Capital de giro (d)	-	-	-	79.893	-
Capital de giro (c)(f)	-	-	-	-	-
Financiamento de equipamentos - (FINAME) (b)	-	-	-	-	-
Financiamento de veículos - (FINAME) (b)	-	-	-	-	-
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	308.738	2.643.201	277.374	246.892	163.809
Risco sacado (e)	20.151	-	13.676	(184)	-
Total	409.017	2.643.318	297.751	246.708	163.809

Os saldos de empréstimos e financiamentos do consolidado estão representados por:

	Moeda local	Moeda estrangeira	Custo de transação	Controladora 2017	Controladora 2016
Capital de giro (c)(f)	-	-	-	79.893	-
Financiamento de equipamentos - (FINAME) (b)	-	-	-	235	-
Financiamento de veículos - (FINAME) (b)	-	-	-	-	-
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	308.738	2.643.201	277.374	246.892	163.809
Risco sacado (e)	20.151	-	13.676	(184)	-
Total	409.017	2.643.318	297.751	246.708	163.809



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxo de caixa de financiamento na Controladora, pois essas debêntures foram captadas e repassadas por meio de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro de suas subsidiárias federais. Em 31 de dezembro de 2017, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento	
2019	1.441
2020	583.957
2021	741.091
2022	748.296
A partir de 2023	335.283
	<u>2.410.068</u>

O valor justo das debêntures registradas nos passivos circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

As debêntures de emissões da Sociedade, das concessionárias estaduais e federais contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme estipulados nas cláusulas de vencimento antecipado constantes nas escrituras de emissão de cada uma das emissões, arquivadas na CVM. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Sociedade e suas controladas, não apresentam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures da 1ª emissão das concessionárias estaduais, exceto ViaPaulista, e da 2ª emissão da Vianorte foram quitadas em março de 2017 em suas respectivas datas de vencimento. A debênture da 3ª emissão – série única da Autovias foi quitada em agosto de 2017 em sua data de vencimento. A debênture da 2ª emissão da Sociedade foi quitada em outubro de 2017 em sua data de vencimento. As debêntures de 2ª e 3ª emissões da Centrovias e 3ª e 4ª emissões da Intervias, não possuem garantias.

As debêntures da 1ª e 3ª séries da 5ª emissão da Sociedade são garantidas por:

1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Arteris Participações.
2. Cessão fiduciária de 100% do fluxo de dividendos da Intervias.

As debêntures da 4ª emissão – série única da Autovias são garantidas por:

1. Fiança integral e solidária da Arteris.
2. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da emissora.

As debêntures da 4ª emissão da FERNÃO DIAS e da 2ª emissão da Planalto Sul são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

As debêntures da 1ª emissão – série única da ViaPaulista são garantidas por:

1. Fiança integral e solidária da Arteris S.A.
2. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da emissora.
3. Cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios e emergentes da concessão.

Em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade e suas controladas não apresentam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

15 Partes Relacionadas

As transações efetuadas com partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos para capital de giro e execução do plano de investimentos do grupo.

Os saldos e as transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, com partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo circulante				
Controladas				
Contas a receber:				
Autovias S.A. (a)	1.450	1.416	-	-
Centrovias S.A. (a)	1.341	1.322	-	-
Intervias S.A. (a)	1.445	1.401	-	-
Vianorte S.A. (a)	1.190	1.153	-	-
Planalto Sul S.A. (a)	439	356	-	-
Fluminense S.A. (a)	669	1.004	-	-
Fernão Dias S.A. (a)	963	1.520	-	-
Régis Bittencourt S.A. (a)	1.093	1.614	-	-
Litoral Sul S.A. (a)	938	738	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	2.212	1.195	-	-
Arteris Participações (a)	834	742	-	-
ViaPaulista S.A. (j)	9.630	-	-	-
Juros sobre capital próprio:				
Autovias S.A. (d)	11.443	4.953	-	-
Centrovias S.A. (d)	3.956	3.689	-	-
Intervias S.A. (d)	4.359	1.026	-	-
Vianorte S.A. (d)	8.666	9.942	-	-
Dividendos a receber:				
Autovias S.A. (d)	8.563	-	-	-
Intervias S.A. (d)	3	-	-	-
Régis Bittencourt S.A. (d)	3.052	-	-	-
Debêntures:				
Planalto Sul S.A. (e)	-	33.707	-	-
Fluminense S.A. (f)	-	144.316	-	-
Fernão Dias S.A. (g)	-	23.755	-	-
Régis Bittencourt S.A. (g)	-	307.552	-	-
Litoral Sul S.A. (h)	41.049	247.733	-	-
Outras partes relacionadas:				
Contas a receber:				
PDC Participações S.A.	6	10	6	10
SPI – Socied. Participações em infraestrutura S.A.	-	5	-	5
Abertis Infraestrutura Finance BV	209	208	209	208
Total	<u>103.510</u>	<u>789.347</u>	<u>215</u>	<u>223</u>
Ativo não circulante				
Controladas				
Empréstimos:				
Planalto Sul S.A. (b)	-	225.440	-	-
Fluminense S.A. (b)	253.554	231.305	-	-
Fernão Dias S.A. (b)	-	357.683	-	-
Régis Bittencourt S.A. (b)	23.426	204.721	-	-
Litoral Sul S.A. (b)	548.608	500.280	-	-
Debêntures:				
Fluminense S.A. (f)	158.962	-	-	-
Régis Bittencourt S.A. (g)	338.743	-	-	-
Litoral Sul S.A. (h)	231.822	-	-	-
Total	<u>1.555.115</u>	<u>1.519.429</u>	<u>215</u>	<u>223</u>
Passivo circulante				
Controladas				
Empréstimos:				
Autovias S.A. (c)	172.507	-	-	-
Vianorte S.A. (c)	136.525	-	-	-
Debêntures:				
Intervias S.A. (j)	-	292.588	-	-
Controladas				
Contas a pagar:				
Autovias S.A. (a)	47	-	-	-
Centrovias S.A. (a)	50	-	-	-
Intervias S.A. (a)	54	-	-	-
Vianorte S.A. (a)	16	-	-	-
Planalto Sul S.A. (a)	15	-	-	-
Fluminense S.A. (a)	25	-	-	-
Fernão dias S.A. (a)	37	-	-	-
Régis Bittencourt S.A. (a)	43	-	-	-
Litoral Sul S.A. (a)	36	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	41	-	-	-
Controladores				
Contas a pagar:				
Abertis Infraestrutura	-	1.985	-	1.973
Empréstimos:				
Abertis Infraestrutura S.A. (k)	-	92.454	-	92.454
Brookfield Aylesbury (k)	-	120.672	-	120.672
Total	<u>309.426</u>	<u>507.699</u>	<u>215</u>	<u>215.099</u>
Passivo não circulante				
Controladas				
Empréstimos:				
Autovias S.A. (c)	-	189.464	-	-
Centrovias S.A. (c)	236.725	243.043	-	-
Intervias S.A. (c)	-	267.626	-	-
Vianorte S.A. (c)	-	157.690	-	-
Debêntures:				
Intervias S.A. (j)	332.924	-	-	-
Total	<u>569.649</u>	<u>857.823</u>	<u>215</u>	<u>215.099</u>

Receitas (despesas) financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Controladas				
Autovias S.A.	(18.947)	(37.170)	-	-
Centrovias S.A.	(27.886)	(46.488)	-	-
Intervias S.A.	(60.835)	(103.577)	-	-
Vianorte S.A.	(15.889)	(29.721)	-	-
	<u>(123.357)</u>	<u>(216.956)</u>	-	-
Planalto Sul S.A.	11.258	35.558	-	-
Fluminense S.A.	43.406	51.650	-	-
Fernão Dias S.A.	16.406	65.139	-	-
Régis Bittencourt S.A.	58.701	70.365	-	-
Litoral Sul S.A.	86.430	102.908	-	-
	<u>216.201</u>	<u>325.720</u>	-	-
Total	<u>(12.149)</u>	<u>(24.706)</u>	<u>(12.149)</u>	<u>(24.706)</u>

Receitas (despesas) financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Controladas				
Abertis Infraestrutura S.A.	(12.796)	(2.082)	(12.796)	(2.082)
Brookfield Aylesbury	(16.701)	(1.595)	(16.701)	(1.595)
	<u>(29.497)</u>	<u>(3.677)</u>	<u>(29.497)</u>	<u>(3.677)</u>

(a) Referem-se a ratios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris, que serão reembolsadas com vencimento médio de 45 dias.

(b) Contratos de mútuo ativo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros e principal a partir de dezembro de 2019. Em abril de 2017 a Arteris aumentou o capital social na Planalto Sul e Fernão Dias Sul com o saldo referente a essa dívida, que consequentemente foi quitada entre as partes.

(c) Contratos de mútuo passivo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,8% ao ano com vencimentos de juros e principal, a partir de março de 2018 para a Vianorte, novembro de 2018 para Autovias e dezembro de 2019 para Centrovias e Intervias.

(d) Refere-se a dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

(e) Refere-se a instrumento particular de escritura da 3ª e 4ª emissão de debêntures simples, de série única, não conversível em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Planalto Sul e Arteris, cuja destinação de recursos será para execução do plano de investimentos da Planalto Sul. Em abril de 2017 a Arteris aumentou o capital social na Planalto Sul com o saldo referente a essa dívida, que consequentemente foi quitada entre as partes.

(f) Refere-se a instrumento particular de escritura de 2ª, 3ª e 4ª emissão de debêntures simples, de série única, não conversível em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Fluminense e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Fluminense. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previsto para 10 de abril 2019, 03 de julho de 2019 e 19 de outubro de 2019.

(g) Refere-se a instrumentos particulares de escritura de 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrados entre a Régis Bittencourt e Arteris, cuja destinação de recursos será para execução do plano de investimentos da Régis Bittencourt. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 2,0% ao ano, com vencimento do principal e juros da 4ª emissão em 25 de junho de 2019.

(h) Refere-se a instrumentos particulares de escritura de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Litoral Sul e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Litoral Sul. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,4% para 2ª emissão e 1,5% ao ano para as demais, com vencimento do principal e juros em 31 de março de 2018 para 2ª emissão, 28 de abril de 2019 para 3ª emissão, 3 de julho de 2019 para 4ª emissão e 19 de agosto de 2019 para 5ª emissão.

(i) Refere-se a instrumento particular de escritura de 3ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Vianorte e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Vianorte. Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção realizou obras nas rodovias, registradas no intangível das concessionárias que no consolidado representam o valor de R\$172.494 (R\$187.595 em 31 de dezembro de 2016).

(j) Refere-se a despesas iniciais da concessionária pagas pela Controladora.

(k) Refere-se a empréstimo em reais celebrado em 11 de novembro de 2016, com taxa de juros equivalente a 14,90% ao ano, com vencimento dos juros trimestralmente e o principal em dezembro de 2017. Este empréstimo foi liquidado em 18 de dezembro de 2017.

(l) Refere-se a operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção realizou obras nas rodovias, registradas no intangível das concessionárias que no consolidado representam o valor de R\$172.494 (R\$187.595 em 31 de dezembro de 2016).

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade reconheceu o montante de R\$11.661 (R\$4.615 em 31 de dezembro de 2016) na Controladora, já descontado o rateio de despesas efetuado pela Arteris, e de R\$27.160 (R\$20.268 em 31 de dezembro de 2016) no Consolidado, a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores não obtiveram ou concederem empréstimos à Sociedade e as suas controladas, tampouco possuem benefícios indiretos. A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R\$15.000 para a Controladora e R\$25.000 para o Consolidado.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e suas controladas com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no País.

16 Benefícios a Empregados

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as províções contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados "PPR" registrados em 31 de dezembro de 2017, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$12.746 na Controladora (R\$8.292 em 31 de dezembro de 2016) e R\$35.425 no consolidado (R\$29.938 em 31 de dezembro de 2016).

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade e suas controladas provêm a seus empregados benefícios de assistência médica, assistência odontológica e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17 Credores pela Concessão

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente. Para a controlada ViaPaulista, refere-se ao valor do ônus da concessão, devido a ARTESP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

O valor do ônus da controlada ViaPaulista será liquidado em duas parcelas, sendo que a primeira foi paga na data da assinatura do contrato, em conjunto com o ágio ofertado corrigido, e a segunda parcela da outorga fixa a ser liquidada na data da assinatura do Termo de Transferência do Sistema Remanescente, será corrigida desde a data base do contrato em outubro de 2017.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente		Valor real em (*)	
	2017	2016	2017	2016
Circulante				
Autovias	6.025	8.935	6.136	9.175
Centrovias	496	476	496	476
Intervias	5.657	13.368	5.727	13.728
Vianorte	534	499	534	499
ViaPaulista	8.362	8.319	8.586	8.543
	682	671	682	671
	9.237	54.237	9.293	55.694
	467	455	467	455
Total	<u>226.177</u>	<u>-</u>	<u>239.372</u>	<u>-</u>
	<u>257.637</u>	<u>86.961</u>	<u>271.293</u>	<u>89.241</u>
Não circulante				
Autovias	-	5.802	-	6.204
Centrovias	-	5.459	-	5.802
Intervias	8.645	16.314	9.338	18.052
Vianorte	-	8.912	-	9.415
Total	<u>8.645</u>	<u>36.487</u>	<u>9.338</u>	<u>39.473</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Arteris prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sob as receitas das concessionárias).

(b) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2017 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Autovias	8	-	8
Centrovias	5	-	5
Intervias	12	13	25
Vianorte	2	-	2
ViaPaulista	1	-	1

Os valores pagos pelas controladas da Sociedade no decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 ao Poder Concedente estão assim representados:

	2017		
	Fixa	Variável	Valor pago
Autovias	9.115	5.627	14.7

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

23 Resultado Financeiro

Está representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	20.746	27.414	55.432	91.761
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	–	–	2.706	–
Juros ativos	216.201	325.720	–	–
Outras receitas	1.897	164	7.769	9.996
Ganho ajuste valor mercado de derivativos	155	–	155	–
Total	238.999	353.298	66.062	101.757
	2017	2016	2017	2016
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(216.807)	(385.264)	(349.205)	(507.227)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	–	–	(32.649)	(35.464)
Atualização montária do ônus da concessão	–	–	(4.979)	(16.241)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(11.501)	(98.785)	(11.501)	(98.785)
Outras despesas	(25.526)	(34.262)	(50.495)	(64.569)
Total	(253.834)	(518.311)	(448.829)	(722.286)
	2017	2016	2017	2016
Variação cambial:				
Variação cambial empréstimo moeda estrangeira	(2.526)	63.146	(2.527)	63.139
Total	(2.526)	63.146	(2.527)	63.139

24 Demonstração dos Fluxos de Caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa
A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.
b) Informações suplementares

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:				
Integralização de capital – reservas de lucro	–	–	59.653	49.905
Integralização de capital em controladas – mútuos	–	–	864.098	–
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:				
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	–	–	(1.083)	(1.238)
Total	–	–	922.668	48.667
	2017	2016	2017	2016
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:				
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, caução	–	–	–	–
Integralização de capital – reservas de lucro	–	–	592.943	261.292
Juros capitalizados	–	–	59.653	49.905
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:				
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	–	–	(173.712)	(222.422)
Total	–	–	(62.116)	(111.225)

25 Lucro por Ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.
O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo do lucro básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício	237.385	251.167	246.946	259.570
Número de ações durante o exercício	627.487	386.453	627.487	386.453
Lucro por ação	<u>0,378</u>	<u>0,649</u>	<u>0,393</u>	<u>0,671</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação, pois não houve durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

26 Instrumentos Financeiros

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Controladora								Consolidado								
	2017				2016				2017				2016				
	Valor justo por meio de resultados	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	
Equivalentes de caixa	Nível 2	–	–	468.880	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Partes relacionadas	Nível 2	–	1.658.625	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Outras contas a receber	Nível 2	–	477	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Derivativo ativo	Nível 2	1.862	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Fornecedores e caução contratuais	Nível 2	–	–	–	–	–	3.290	–	–	–	–	–	–	–	–	–	4.285
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	–	–	–	–	–	246.708	–	–	–	–	–	–	–	–	–	163.809
Debêntures	Nível 2	–	–	–	–	–	1.626.888	–	–	–	–	–	–	–	–	–	206.383
Partes relacionadas	Nível 2	–	–	–	–	–	899.075	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.365.522
Outras contas a pagar	Nível 2	–	–	–	–	–	5.066	–	–	–	–	–	–	–	–	–	7.497
Derivativo passivo	Nível 2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	5.092
Total		1.862	1.659.102	468.880	2.761.027	5.092	2.309.190	151.384	1.747.496								
		2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016								
Equivalentes de caixa	Nível 2	–	–	698.941	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Partes relacionadas	Nível 2	–	215	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Contas a receber clientes	Nível 2	–	156.309	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	–	–	103.424	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Outras contas a receber	Nível 2	–	7.951	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Derivativo ativo	Nível 2	1.862	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Fornecedores e caução contratuais	Nível 2	–	–	–	–	–	262.506	–	–	–	–	–	–	–	–	–	306.822
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	–	–	–	–	–	3.199.119	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3.290.831
Debêntures	Nível 2	–	–	–	–	–	2.891.755	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.752.806
Partes relacionadas	Nível 2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	215.099
Cretores pela concessão	Nível 2	–	–	–	–	–	266.282	–	–	–	–	–	–	–	–	–	123.448
Taxa de fiscalização	Nível 2	–	–	–	–	–	4.083	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3.868
Outras contas a pagar	Nível 2	–	–	–	–	–	77.244	–	–	–	–	–	–	–	–	–	37.614
Derivativo passivo	Nível 2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	5.092
Total		1.862	1.64.475	802.365	6.700.989	5.092	6.700.989	643.364	5.730.488								

O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:
Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:
Empréstimos e recebíveis
Estima-se de os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento
O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Estimativa de valor justo
A Sociedade possui os seguintes saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo:

Instrumento	Valor de referência (nacional) R\$ mil	Índice do banco		Índice da Sociedade	
		Índice	Taxa de juros	Índice	Taxa de juros
SWAP-Scotia Bank	167.282	1.862	Variação cambial + 2,7488% a.a.	–	CDI + 1,60% a.a.

Instrumento financeiro derivativo
A Sociedade classifica os instrumentos derivativos em "financeiros". Os "financeiros" são derivativos do tipo "swap" contratados para proteger o risco cambial dos fluxos de caixa dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o contrato aberto de "swap" possui vencimento em agosto de 2018 e foi celebrado com contraparte representada pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, em 2 de agosto de 2016.

	Controladora/Consolidado			
	2017		2016	
	Valor Principal (Notional)	Valor justo	Valor Principal (Notional)	Valor justo
Ponta Ativa:				
Posição Comprada Dólar	167.282	167.319	163.959	165.093
Total	167.282	167.319	163.959	165.093
Ponta Passiva:				
Taxa CDI pós-fixada	163.979	165.457	167.455	170.185
Total	163.979	165.457	167.455	170.185
Total	3.303	1.862	(3.495)	(5.092)

A operação de "swap" financeiro consiste na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI pós-fixado.

Para o instrumento financeiro derivativo mantido pela Sociedade em 31 de dezembro de 2017, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não por meio da BM&FBOVESPA, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

27 Gestão de Risco

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado
a) Exposição a riscos cambiais
O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A característica deste instrumento e os riscos aos quais estão atrelados estão descritos a seguir:
A Sociedade está exposta ao risco de câmbio resultante de instrumentos financeiros em moedas diferentes de suas moedas funcionais. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Sociedade está exposta basicamente ao risco de flutuação do dólar norte-americano. Para proteger a exposição cambial, a Sociedade contratou operação com instrumento financeiro derivativo do tipo "swap". O derivativo contratado pela Sociedade deverá limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o exercício em curso.

Em 31 de dezembro de 2017, o balanço patrimonial da Controladora inclui contas denominadas em moeda estrangeira que representam um passivo de R\$166.999 (R\$163.809 em 31 de dezembro de 2016). Essas contas são protegidas com o derivativo tipo "swap".

Análise de sensibilidade
Na análise de sensibilidade relacionada ao risco de exposição cambial a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar além dos ativos e passivos, com exposição à flutuação das taxas de câmbio, registrados no balanço patrimonial, o valor da curva dos instrumentos financeiros contratados pela Sociedade para proteção de determinadas exposições, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Controladora/Consolidado	
	2017	2016
Empréstimos e financiamentos no Brasil em moeda estrangeira	167.000	–
Valor da curva do derivativo financeiro	163.979	–
Exposição cambial líquida	<u>3.021</u>	<u>–</u>

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa do câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro antes da tributação.

Descrição	Risco da sociedade	Controladora		
		Efeito no lucro antes da tributação – Aumento/Redução em pontos bases	Canário I (provável)	Canário II (+25%)
Exposição cambial líquida	Alta do dólar	3.021	3.776	4.531
O cenário provável considera as taxas futuras de dólar norte-americano, conforme cotação de câmbio R\$/US\$ obtidas no Banco Central, de 31 de dezembro de 2017, na data prevista do vencimento do instrumento financeiro. Os cenários II e III consideram uma alta do dólar norte-americano de 25%, 4,14 R\$/US\$ e de 50% 4,96 R\$/US\$ respectivamente. Os cenários provável, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. A Sociedade e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.				
b) Exposição a riscos de taxas de juros				
A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.				
Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras. A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Com relação ao patrimônio do Grupo, não existe impacto significativo.				

Indicadores	Controladora			
	Efeito no lucro antes da tributação – Aumento/Redução em pontos bases	Canário I (provável)	Canário II (+25%)	Canário III (+50%)
CDI	–	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer – Mútuos, empréstimos e debêntures (*)	(194.999)	(234.229)	(273.167)	(273.167)
Receita de aplicações financeiras	22.866	28.582	34.299	34.299
Receita financeira de mútuo (*)	109.581	136.970	164.358	164.358
Juros a incorrer CDI líquido	(62.552)	(68.677)	(74.510)	(74.510)
IPCA	–	2,79%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer – BNDES e Debêntures (*)	(12.907)	(14.143)	(15.379)	(15.379)
Juros a incorrer líquido	<u>(75.459)</u>	<u>(82.620)</u>	<u>(89.889)</u>	<u>(89.889)</u>

Indicadores	Consolidado		
	Efeito no lucro antes da tributação – Aumento/Redução em pontos bases	Canário I (provável)	Canário II (+25%)

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

	2017			Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total		
Passivos					
Circulantes					
Empréstimos e financiamentos	327.089	–	327.089	246.708	573.797
Debêntures	473.591	–	473.591	19.985	493.576
Fornecedores	250.612	8.426	259.038	3.290	262.328
Obrigações sociais e fiscais	126.497	16.332	142.829	27.523	170.352
Credores pela concessão	257.637	–	257.637	–	257.637
Dividendos Propostos	–	–	–	56.379	56.379
Provisão Manutenção/Investimentos	205.181	–	205.181	–	205.181
Outros circulantes	132.291	6.229	138.520	(106.985)	31.535
Total circulante	1.772.898	30.987	1.803.885	246.900	2.050.785
Não Circulantes					
Empréstimos e financiamentos	2.625.322	–	2.625.322	–	2.625.322
Debêntures	791.276	–	791.276	1.606.903	2.398.179
Credores pela concessão	8.645	–	8.645	–	8.645
Provisão manutenção/investimento	437.785	–	437.785	–	437.785
Outros não circulantes	1.733.221	7.676	1.740.897	(1.540.163)	200.734
Total não circulante	5.596.249	7.676	5.603.925	66.740	5.670.665
Patrimônio líquido	7.158.611	45.689	7.204.300	(613.457)	6.590.843
Total dos passivos	14.527.758	84.352	14.612.110	(299.817)	14.312.293

	2016			Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total		
Passivos					
Circulantes					
Empréstimos e financiamentos	289.828	5.425	295.253	163.809	459.062
Debêntures	716.839	–	716.839	206.383	923.222
Fornecedores	288.015	14.521	302.536	4.286	306.822
Obrigações sociais e fiscais	135.261	20.412	155.673	32.293	187.966
Cretores pela concessão	86.961	–	86.961	–	86.961
Dividendos propostos	–	–	–	59.652	59.652
Sinistros recebidos	798	–	798	18	816
Provisão manutenção/investimentos	396.652	–	396.652	–	396.652
Outros circulantes	835.825	5.677	841.502	(584.200)	257.302
Total circulante	2.750.179	46.035	2.796.214	(117.759)	2.678.455
Não Circulantes					
Empréstimos e financiamentos	2.831.769	–	2.831.769	–	2.831.769
Debêntures	829.584	–	829.584	–	829.584
Cretores pela concessão	36.487	–	36.487	–	36.487
Provisão manutenção/investimento	352.467	–	352.467	–	352.467
Outros não circulantes	1.640.319	8.369	1.648.688	(1.519.020)	129.668
Total não circulante	5.690.626	8.369	5.698.995	(1.519.020)	4.179.975
Patrimônio líquido	3.781.148	53.624	3.834.772	693.851	4.528.623
Total dos passivos	12.221.953	108.028	12.329.981	(942.928)	11.387.053

29 Garantias e Seguros

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus das concessões, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram as concessões, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2017, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações – Estaduais				
		Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte	ViaPaulista
Garantia	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000	180.000	180.000	180.000	180.000
	Responsabilidade civil	20.000	28.000	24.000	28.000	20.000
	Garantia de execução do Contrato de Concessão	108.673	148.803	177.039	142.704	681.461
Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações – Federais				
Garantia	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000	180.000	180.000	180.000	180.000
	Responsabilidade civil	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000
	Garantia de execução do Contrato de Concessão	63.778	88.049	165.061	176.119	133.431

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguro de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R\$70.000.

Foram contratadas apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Em 31 de dezembro de 2017, o valor dessas garantias é de R\$101.049 (R\$95.958 em 31 de dezembro de 2016) provenientes de autos de infração da ANTT, auto de infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, proveniente de prestação de garantia nos autos de ação de execução fiscal e de auto de infração da ARTESP.

30 Eventos Subsequentes

Aumentos de capital

Abaixo a relação de aumentos de capital ocorrido nas concessionárias do grupo:

Data	Aprovação	Forma de integralização	Sociedade	Atções emitidas	Valor integralizado	Valor
22.01.2018	AGE	Dinheiro	Planalto Sul	72.072.072	40.000	40.000
06.02.2018	AGE	Dinheiro	Fernão Dias	4.310.345	2.500	2.500
06.02.2018	AGE	Dinheiro	Fernão Dias	118.965.517	69.000	2.000

Integralizações de capital

Abaixo a relação das integralizações de capital ocorridas nas concessionárias do grupo:

Data	Aprovação	Sociedade	Valor integralizado	Valor
22.01.2018	AGE	Fluminense	–	8.500
19.01.2018	AGE	Planalto Sul	–	2.000
22.01.2018	AGE	Planalto Sul	–	24.500
05.02.2018	AGE	Planalto Sul	–	1.000
20.02.2018	AGE	Planalto Sul	–	10.000
22.01.2018	AGE	Fernão Dias	–	8.500
05.02.2018	AGE	Fernão Dias	–	2.500
20.02.2018	AGE	Fernão Dias	–	2.000
05.01.2018	AGE	Fernão Dias	–	13.000
22.01.2018	AGE	Litoral Sul	–	5.500
31.01.2018	AGE	Litoral Sul	–	16.000
05.02.2018	AGE	Litoral Sul	–	1.500
20.02.2018	AGE	Litoral Sul	–	6.000
22.01.2018	AGE	Litoral Sul	–	10.000
05.02.2018	AGE	Régis Bittencourt	–	14.000
20.02.2018	AGE	Régis Bittencourt	–	10.000
	AGE	Régis Bittencourt	–	7.000
				142.000

ViaPaulista

Durante os meses de janeiro e fevereiro a Controladora realizou adiantamentos para futuros aumentos de capital social (AFAC's), conforme relacionados abaixo, com o objetivo de suprir as necessidades de caixa da ViaPaulista. A conversão de AFAC's em capital social ocorrerá após anuência prestada pela ARTESP para o aumento de capital, nos termos do artigo 37.1, inciso "I", do Contrato de Concessão.

Data	Valor
09.01.2018	7.000
22.01.2018	8.000
05.02.2018	2.000
20.02.2018	7.000
	24.000

Conselho de Administração

Luiz Ildelfonso Simões Lopes Presidente do Conselho	Benjamin Michael Vaughan Conselheiro	Fernando Martinez Caro Conselheiro	Josep Lluís Giménez Sevilla Conselheiro	Marcos Pinto Almeida Conselheiro
	David Antonio Díaz Almazán Conselheiro	Francisco José Aljaro Navarro Conselheiro	Marta Casas Caba Conselheira	

Diretoria

David Antonio Díaz Almazán Diretor Presidente	Juan Gabriel Lopez Moreno Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores	Flávia Lucia Matiolli Tâmega Diretora Jurídica	Angelo Luiz Lodi Diretor	Linomar Barros Deroldo Diretor
---	--	--	------------------------------------	--

Contador

José Balestro Neto
CRC 1SP 319.487/O-0

Conselho Fiscal

Luiz Fernando Correia Parente Conselheiro Efetivo	Rodrigo Angrimani Norris Gabrielli Conselheiro Suplente	Fernando Boniolo Ziziotti Conselheiro Efetivo	Luiz Gustavo Rodrigues Pereira Conselheiro Suplente	Isacson Casiuch Conselheiro Suplente	Evelyn Otti Joerg Conselheira Efetiva
---	---	---	---	--	---

Parcer do Conselho Fiscal

Em reunião realizada nesta data, às 10:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da ARTERIS S.A. ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após exame dos documentos e propostas da Administração submetidos a sua análise nesta data, e considerando o parecer sem ressalva emitido pelos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, por unanimidade opina favoravelmente à aprovação em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, e com base no Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Docs. nº 1, 2 e 3, respectivamente), da destinação do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 237.384.903,92 (duzentos e trinta e sete milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, novecentos e três reais e noventa e dois centavos), sendo (i) R\$ 11.869.245,20 (onze milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, duzentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos) equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, destinado à reserva legal, nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia; (ii) R\$ 56.378.914,71 (cinquenta e seis milhões, trezentos e setenta e oito mil, novecentos e quatorze reais e setenta e

um centavos), equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2017, conforme Artigo 22 do Estatuto Social da Companhia; e (iii) R\$ 169.136.744,01 (cento e sessenta e nove milhões, cento e trinta e seis mil, setecentos e quarenta e quatro reais e um centavo) destinados à reserva de lucro para fazer face ao orçamento de capital devidamente preparado pela Diretoria, o qual foi submetido à apreciação e aprovado por este Conselho Fiscal da Companhia e deverá ser submetido e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76.

Evelyn Otti Joerg
Conselheira

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018.

Luiz Fernando Correia Parente
Conselheiro

Rodrigo Angrimani Norris Gabrielli
Conselheiro Suplente

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Arteris S.A.
São Paulo-SP
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arteris S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais individual e consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Arteris S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Arteris S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Diferença entre práticas contábeis nas demonstrações individuais

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais, no caso da Arteris S.A., diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que é amortizado. Nossa opinião não está ressalvada em virtude deste assunto.

Continuidade das operações das controladas Vianorte S.A. e Autovias S.A.

Sem ressalva nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que indica que as controladas Vianorte S.A. e Autovias S.A. detêm a concessão para exploração de suas atividades por 20 anos, cujas operações terão continuidade, respectivamente, até 27 de março de 2018 e 18 de dezembro de 2018. Esta situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal das operações das controladas Vianorte S.A. e Autovias S.A. As demonstrações financeiras das controladas Vianorte S.A. e Autovias S.A. foram preparadas com base no pressuposto do encerramento das operações e incluem ajustes necessários decorrentes desse encerramento. As controladas Vianorte S.A. e Autovias S.A. possuem pleitos em discussão e o Poder Concedente que podem alterar a data do encerramento de suas atividades. Nossa opinião não está ressalvada em virtude deste assunto.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") individual e consolidada, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado individual e consolidada foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na

formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo intangível – Avaliação do risco de redução do ativo intangível ao seu valor recuperável – concessionárias federais

O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e obras realizadas nas rodovias e representa 88% do total do ativo nas demonstrações financeiras consolidadas. A avaliação da recuperação do ativo intangível das concessionárias federais da Sociedade, que estão em fase inicial do contrato de concessão, e que realizam obras de ampliação da capacidade e de melhoramento das rodovias que representam adições expressivas ao ativo intangível, foi significativa para a nossa auditoria porque o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas, para avaliação das premissas e as metodologias usadas pela Sociedade, em especial àquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou crescimento econômico, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, o volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. Examinamos também a adequação das divulgações da Sociedade, incluindo as premissas às quais o resultado do teste de recuperação de ativos é mais sensível, ou seja, aquelas que têm efeito mais significativo sobre o valor recuperável do ativo intangível. As divulgações da Sociedade sobre o ativo intangível constam na nota explicativa 2 "Concessões" que evidencia a natureza de cada concessão, bem como os investimentos em melhorias na infraestrutura previstos para os próximos anos, e na nota explicativa 12 "Intangível", que demonstra a movimentação dos saldos de ativo intangível durante o exercício.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos nos contratos de concessões rodoviárias, que determinam que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas dos pedágios são reajustadas de acordo com os contratos de concessão, o que impacta diretamente a receita de cada concessionária com base no tráfego das rodovias. Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, através das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passageiro, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passageiro). Considerando este contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos comunicar este fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa

Campinas, 20 de fevereiro de 2018.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2SP 011.609/O-8
Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador – CRC nº 1SP 253.932/O-4

Deloitte